



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

Trabalho Seriedade e Transparência

ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E OITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP – ESTADO DE MATO GROSSO

Aos dezessete dias do mês de março de dois mil e oito, reuniram-se os senhores edis – com exceção do vereador José Pedro Serafini – para a realização da sétima sessão ordinária do ano em curso. Invocando a proteção divina, a senhora Presidente deu início aos trabalhos da sessão solicitando a leitura da ata da sessão anterior. Em discussão a ata, nada havendo, em votação, foi aprovada. Ato contínuo foi solicitado ao Segundo-Secretário que fizesse a apresentação das correspondências recebidas e expedidas pela Casa, de interesse do Plenário. Em seguida o Deputado Estadual Dilceu Dal’Bosco usou da palavra na Tribuna Livre. Após o pronunciamento do Deputado e o posterior questionamento por parte de alguns vereadores, o Segundo-Secretário, vereador Jorge Muller, solicitou a inclusão na Ordem do Dia para votação em primeiro e único turno, do Projeto de Lei número onze, barra dois mil e oito, de autoria do Poder Executivo, o que foi anuído pelo Plenário. Solicitou ainda a dispensa de interstício regimental dos Projetos de Lei número oito, nove e dez, barra dois mil e oito, todos de autoria do Poder Executivo e do Projeto de Decreto Legislativo número um, barra dois mil e oito, de autoria da vereadora Cleuza Navarini, solicitação esta acatada pelo soberano Plenário. Dando prosseguimento, nas matérias para Ordem do Dia, foi apresentado primeiramente o Projeto de Lei número seis, barra dois mil e oito, de autoria do Poder Executivo, acompanhado dos Pareceres número sete, barra dois mil e oito, de autoria da Comissão de Justiça e Redação; número cinco, barra dois mil e oito, de autoria da Comissão de Finanças, Orçamentos e Fiscalização e número um, barra dois mil e oito, de autoria da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Desporto e Assistência Social. Com a palavra o vereador Gilson de Oliveira solicitou pedido de vistas ao projeto em questão. Em votação o pedido, o mesmo foi aprovado, com os votos contrários dos vereadores Roberto Trevisan e Jorge Müller. Assim sendo, o projeto e seus pareceres foram retirados de pauta. Ato contínuo foi apresentado o Projeto de Lei número oito, barra dois mil e oito, de autoria do Poder Executivo, acompanhado dos Pareceres número doze, barra dois mil e oito, de autoria da Comissão de Justiça e Redação; número dois, barra dois mil e oito, de autoria da Comissão de Finanças, Orçamentos e Fiscalização e número dois, barra dois mil e oito, de autoria da Comissão de Economia, Indústria, Comércio, Agricultura, Trabalho, Administração e Serviços Públicos. Em discussão os pareceres, não havendo interesse em discutir, em votação, foram aprovados. Em discussão o projeto, nada havendo, em votação, foi aprovado em primeira e única deliberação. Em seguida foi apresentado o Projeto de Lei número nove, barra dois mil e oito, de autoria do Poder Executivo, acompanhado dos Pareceres número nove, barra dois mil e oito, de autoria da Comissão de Justiça e Redação; número quatro, barra dois mil e oito, de autoria da Comissão de Finanças, Orçamentos e Fiscalização e número um, barra dois mil e oito, de autoria da Comissão de Economia, Indústria, Comércio, Agricultura, Trabalho, Administração e Serviços Públicos. Em discussão os pareceres, não havendo interesse em discutir, em votação, foram aprovados. Em discussão o projeto, nada havendo, em votação, foi aprovado em primeiro e único turno. Ato contínuo foi apresentado o Projeto de Lei número dez, barra dois mil e oito, de autoria do Poder Executivo, acompanhado dos Pareceres número quinze, barra dois mil e oito, de autoria da Comissão de Justiça e Redação e número três, barra dois mil e oito, de autoria da Comissão de Finanças, Orçamentos e Fiscalização. Em discussão os pareceres, não havendo interesse em discutir, em votação, foram aprovados. Em discussão o projeto, nada havendo, em votação, foi aprovado em primeira e única deliberação. Dando prosseguimento foi apresentado o Projeto de Decreto Legislativo número um, barra dois mil e oito, de autoria da vereadora Cleuza Navarini e vereadores, acompanhado do Parecer número treze, barra dois mil e oito, de autoria da Comissão de Justiça e Redação. Em



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

Trabalho, Seriedade e Transparência

discussão o parecer, não havendo interesse em discutir, em votação, foi aprovado. Em discussão o projeto, nada havendo, em votação, foi aprovado em primeira e única deliberação. Ato contínuo foi apresentado o Projeto de Lei número onze, barra dois mil e oito, de autoria do Poder Executivo. Após sua leitura, a senhora Presidente solicitou pareceres verbais das Comissões de Justiça e Redação e Finanças, Orçamentos e Fiscalização, os quais foram favoráveis ao trâmite da matéria. Em discussão os pareceres, nada havendo, em votação, foram aprovados. Em discussão o projeto, nada havendo, em votação, foi aprovado em primeiro e único turno. Em seguida foram apresentadas para votação em bloco as Indicações de número setenta à setenta e nove, barra dois mil e oito, de autoria dos vereadores Tião da São Camilo, Jorge Müller, Roberto Trevisan, Sinéia Abreu e Zuleica Mendes. Em discussão as indicações, não havendo interesse em discutir, em votação, foram aprovadas. Dando prosseguimento, com o findar das matérias para Ordem do Dia, deu-se início ao Grande Expediente. Usaram da palavra os vereadores Gilson de Oliveira, Zuleica Mendes, Valdemar Júnior, Mauro Garcia, Jorge Müller e Cleuza Navarini. Registra-se que os pronunciamentos na Tribuna Livre, no Grande Expediente e discussão de matérias encontram-se arquivados na íntegra em formato de áudio. Não havendo mais vereadores inscritos para fazerem uso da palavra, a senhora Presidente agradeceu a presença de todos e a proteção divina e declarou encerrada a sessão, sendo a presente ata lavrada e se achada conforme, assinada pela Presidente e Secretário.


Sinéia Abreu
Presidente